

ORGANIZADORES

**Rogério B. Arantes**

Doutor em Ciência Política.  
Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo e ex-coordenador de seu Programa de Pós-Graduação (2011-2014).

**Lucas C. Petroni**

Doutor em Ciência Política.  
Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap).



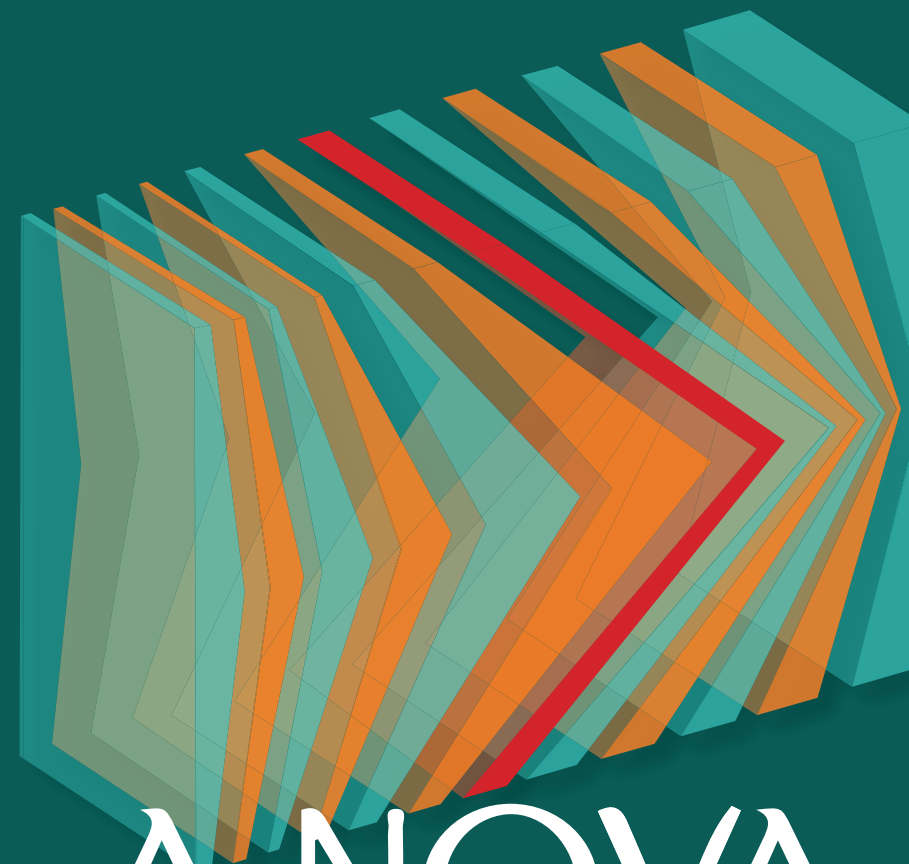
Este livro reúne trabalhos da nova geração de cientistas político/as brasileiros/as, premiados nas sucessivas edições do *Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP*, ao longo de seus dez anos de realização. Representativos das diversas linhas de pesquisa que compõem a ciência política contemporânea, os trabalhos que integram essa coletânea compartilham um novo "ethos de pesquisa", uma maneira mais coletiva e aberta de produzir trabalhos acadêmicos, baseada no escrutínio público, no compartilhamento de métodos e técnicas e na crítica e aprovação pelos pares, em contraste com o antigo modelo monográfico e de estilo ensaístico. Nela, os leitores encontrarão não apenas análises de qualidade sobre temas substantivos, mas perceberão o firme compromisso dessa nova geração de pesquisadoras e pesquisadores com o desenvolvimento da própria ciência política.



A NOVA CIÊNCIA DA POLÍTICA

ROGÉRIO B. ARANTES  
E LUCAS C. PETRONI (ORGS.)

ROGÉRIO B. ARANTES E LUCAS C. PETRONI (ORGS.)



# A NOVA CIÊNCIA DA POLÍTICA



AUTORAS E AUTORES

Andréa Freitas  
Bruno Boti Bernardi  
Camila Góes  
Danilo Medeiros  
Davi Cordeiro Moreira  
Felipe Freller  
Jaqueline Porto Zulini  
Leonardo Octavio Belinelli de Brito  
Lucas Petroni  
Marcello Fragano Baird  
Marina Merlo  
Maurício Yoshida Izumi  
Patrick Cunha Silva  
Ricardo Ceneviva  
Roberta K. Soromenho Nicolete  
San Romanelli Assumpção  
Sérgio Eduardo Ferraz  
Sergio Simoni Junior

# A NOVA CIÊNCIA DA POLÍTICA



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor  
*Vahan Agopyan*

Vice-Reitor  
*Antonio Carlos Hernandes*



FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor  
*Paulo Martins*

Vice-Diretora  
*Ana Paula Torres Megiani*



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Chefe  
*João Paulo Candia Veiga*

Vice-Chefe  
*Elizabeth Balbachevsky*

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Coordenador  
*Paulo Ricci*

Vice-Coordenador  
*Rafael Villa*

Este livro teve apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de  
Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

Proibida a reprodução parcial ou integral  
desta obra por qualquer meio eletrônico,  
mecânico, inclusive por processo xerográ-  
fico, sem permissão expressa do editor (Lei  
nº. 9.610, de 19.02.98).

SERVIÇO DE EDITORAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO  
Rua do Lago, 717 – Cidade Universitária  
05508-080 – São Paulo – São Paulo – Brasil  
Teléfax: (11) 3091-0458  
e-mail: [editoraflch@usp.br](mailto:editoraflch@usp.br)  
<https://editorahumanitas.commercesuite.com.br>

Foi feito o depósito legal  
Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*  
Dezembro 2020

Rogério B. Arantes & Lucas C. Petroni  
(organizadores)

# A NOVA CIÊNCIA DA POLÍTICA



São Paulo, 2020

Copyright © 2020 Autores

Catálogo na Publicação (CIP)  
Serviço de Biblioteca e Documentação da FFLCH/USP  
Maria Imaculada da Conceição – CRB-8/6409

---

N935 A nova ciência da política / Rogério Arantes, Lucas Petroni  
(organizadores). -- São Paulo : FFLCH/USP, 2020.  
606 p.

ISBN 978-65-87621-23-4

1. Política. 2. Instituições políticas. 3. Políticas públicas.
4. Ideologia política. I. Arantes, Rogério. II. Petroni, Lucas.

CDD 320

---

SERVIÇO DE EDITORAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

*Coordenação Editorial*

M<sup>a</sup>. Helena G. Rodrigues – MTb n. 28.840

*Projeto Gráfico e Diagramação*

Selma Consoli – MTb n. 28.839

*Capa*

Monique Schenkels

# APRESENTAÇÃO

*Rogério Arantes  
Lucas Petroni*

A ciência política brasileira conheceu grande expansão nas últimas décadas, em termos quantitativos e qualitativos. Tributária de uma longa tradição de análise política e tendo iniciado seu processo de diferenciação e institucionalização a partir da segunda metade dos anos 1960, a disciplina está organizada hoje em 62 programas de pós-graduação, agrupados sob a mesma rubrica no sistema de avaliação da CAPES, mas divididos em quatro subáreas: Ciência Política, Relações Internacionais, Políticas Públicas e Estudos de Defesa. No conjunto, contam com cerca de 2500 alunas e alunos matriculados, produzindo cerca de 600 teses e dissertações ao ano e com um grande volume de publicações na forma de artigos e livros, segundo dados atualizados da mesma CAPES. Há 20 anos, a ciência política contava com apenas 10 programas, cobrindo leque bem menor de linhas de investigação e com números bem mais modestos.

O crescimento e a diversificação qualitativa da ciência política brasileira foram impulsionados por pelo menos três grandes processos, que seguem influenciando o desenvolvimento da área. O primeiro é de natureza contextual e envolve tanto a redemocratização do país nos anos 1980 quanto o processo de globalização em suas diversas dimensões. Tais transformações, extensas e profundas, desafiaram as ciências sociais de um modo geral e incentivaram a especialização da ciência política em particular. Não cabe nos limites dessa apresentação levantar as questões surgidas desses processos, que reorientaram a agenda de pesquisas, mas foi e tem sido notável como elas animaram e seguem animando a reflexão teórica, a pesquisa empírica e o contínuo aperfeiçoamento de métodos e técnicas de investigação científica.

Em meio à redemocratização e a globalização, a ciência política brasileira inovou a análise institucional e passou a oferecer interpretações

originais sobre o funcionamento do sistema político, as relações entre poderes e no interior da federação, os partidos e as eleições, a burocracia pública e os diversos órgãos especializados de Estado, dentre outros. A democratização, também impulsionada por novos movimentos sociais, encetou outras formas de organização e participação populares, acarretou mudanças significativas na produção de políticas públicas nos três níveis da federação, abriu espaço para a atuação de atores institucionais externos ao mundo da política – como juízes e membros do Ministério Público – nesse ponto alavancada também por uma nova e pulsante constituição, a de 1988. Tais dimensões e temas ganharam relativa autonomia e passaram a orientar linhas de investigação baseadas em questões teóricas e métodos de pesquisa bastante autocentrados. De outro lado, o recurso cada vez mais frequente à perspectiva comparada expandiu o horizonte das análises e a capacidade de produzir explicações. No campo das ideias, à forte tradição de estudos do pensamento político – sempre renovada pelo desafio de reinterpretar o presente – vieram se juntar outras abordagens de teoria política, com destaques para a teoria normativa – responsável por fomentar a reflexão sobre justiça social, direitos individuais, representação política e demais desafios normativos da democracia contemporânea – e as teorias críticas do gênero, raça e etnicidade – responsáveis tanto por aprofundarem o escopo disciplinar da ciência política como por questionar o modo como a fazemos. No plano internacional, o fim da guerra fria e a aceleração da globalização abriram nova agenda de pesquisas para a ciência política dedicada às relações internacionais, à política externa do país e às questões de defesa nacional. Verdade seja dita, o impacto de tais transformações foi tão significativo que essas linhas de pesquisa foram se autonomizando em novos cursos de graduação e de pós-graduação (em instituições públicas, de governo e privadas), bem como desenvolveram corpus teórico próprio e constituíram suas próprias associações profissionais e científicas.

Os outros dois processos que determinaram o desenvolvimento da ciência política dizem respeito justamente à expansão do sistema universitário brasileiro a partir de meados dos anos 1990 e à crescente internacionalização da disciplina. O crescimento do número de universidades públicas e privadas – fortemente induzido pelos sucessivos governos – passou a demandar cada vez mais profissionais com título de pós-graduação, especialmente doutores. Essa expansão foi acompanhada do fortalecimento e consolidação do sistema nacional de avaliação da

pós-graduação pela CAPES. Esse segundo aspecto teve, por sua vez, um duplo efeito: i) não apenas exigiu dos programas um contínuo processo de aperfeiçoamento com vistas à necessidade de titulação de bons quadros acadêmicos e profissionais, como ii) o sistema de avaliação estimulou a concorrência entre as instituições acadêmicas e a procura dos interessados por aquelas mais bem sucedidas na escala de notas. Assim, beneficiada por essas políticas de grande envergadura, a ciência política conheceu não apenas forte expansão acadêmica, quantitativa e qualitativa, como pôde avançar na profissionalização de quadros para outros setores do mercado de trabalho, nas esferas governamental e do setor privado.

A internacionalização representa o terceiro fator importante de nosso desenvolvimento recente. Por internacionalização não entendemos apenas a circulação de pesquisadores para além das fronteiras nacionais, mas a ambição (e a adoção de estratégias correspondentes) de internacionalizar o ambiente no qual se dão a formação discente e a produção intelectual de professores e alunos, especialmente no nível da pós-graduação. A internacionalização tem se tornado assim um princípio constitutivo dos programas e tem impregnado suas políticas e ações, das mais cotidianas como a seleção de bibliografia para os cursos, até as mais ambiciosas como organização de eventos, construção de projetos de pesquisa em colaboração com pesquisadores estrangeiros, atração de professores visitantes e alunos do exterior, criação e manutenção de programas internacionais de formação de pesquisadores.

O Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política da USP (PPGCP) foi criado no final de 1973 e iniciou suas atividades em 1974. Responsável desde então por formar inúmeros pesquisadores, nos níveis de mestrado e doutorado, o PPGCP contribuiu de modo decisivo para a geração de quadros durante o processo de institucionalização das ciências sociais brasileiras e, mais recentemente, para a expansão, profissionalização e internacionalização da ciência política.

Nesse período de quase cinquenta anos, há registro de que 1.168 pessoas passaram pelo PPGCP. Se as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela formação de uma geração de cientistas sociais e políticos que contribuíram para a institucionalização da área nas universidades brasileiras, os anos 1990 conheceram significativo crescimento decorrente dos processos apontados acima. No caso do PPGCP, o ponto de



inflexão ocorreu em 1993, quando o número de ingressantes praticamente triplicou (de 12 para 35). A estratégia de expansão se manteve em ritmo acentuado até 2006, quando mais de 50 candidatos foram selecionados por concurso. A partir daí, o ciclo anual de recrutamento variou entre 30 e 40 selecionados, conforme o ritmo de concluintes do mestrado e do doutorado (cujos prazos de titulação são sabidamente diferentes), mas sempre mirando a capacidade máxima de orientação do corpo docente. No mesmo período, a taxa de evasão veio declinando sistematicamente, partindo de elevados 30% nos anos 1980 para algo próximo de zero nos últimos três anos. Acreditamos que esse êxito se deu por uma combinação de fatores: do aperfeiçoamento contínuo da pós-graduação promovida pelo DCP à valorização da profissão de cientista político, passando pela já mencionada expansão do sistema universitário até anos recentes.

Qualitativamente, o PPGCP conheceu importante desenvolvimento de suas linhas de pesquisa. Fundado nos campos de estudo das Instituições Políticas e da Teoria e Pensamento Políticos, o programa se desdobrou na criação de uma área de Relações Internacionais nos anos 1990 e mais recentemente uma de Políticas Públicas. No sistema nacional de avaliação CAPES, temos obtido as notas máximas pelo menos desde o triênio 2004-2006 (quando 6 foi a maior nota da área), passando pelos triênios 2007-2009 e 2010-2012 e pelo quadriênio 2013-2016 (todos com nota máxima 7). Nesse período, foram intensos e sistemáticos os investimentos feitos pelo DCP para o alcance desse padrão de excelência acadêmica. Buscou-se com êxito a crescente internacionalização da carreira docente, das atividades de pesquisa e produção, da formação do corpo discente, com grande destaque para a participação efetiva de visitantes estrangeiros no programa, além de significativa circulação internacional de professores e pós-graduandos.

Superando a velha fórmula da cátedra, o PPGCP universalizou a forma de acesso à pós-graduação, horizontalizou as relações de trabalho e conclamou todos à observância das regras básicas da pesquisa e produção acadêmica. A permanente incorporação de novas técnicas e teorias, muitas decorrentes da internacionalização, tem sido outra característica do programa. Temos mantido uma estrutura curricular e uma oferta de disciplinas em quantidade e qualidade elevadas nos níveis de mestrado e doutorado, que oferecem boa formação teórica e metodológica. Além

da grade convencional, a criação e manutenção da “*IPSA-USP Summer School on Concepts, Methods and Techniques in Political Science*”, que se encontra em sua décima edição, representou um grande salto na promoção das capacidades técnicas e metodológicas não apenas de nossos alunos, mas de uma ampla gama de estudantes nacionais e estrangeiros que comparecem à escola anualmente. Completam a internacionalização do PPGCP os estágios de pós-doutorado dos docentes no exterior, os períodos “sanduíche” dos pós-graduandos (com bolsas CAPES e FAPESP) e outros cursos e estágios que nossos alunos e alunas têm tido o êxito de realizar.

Considerando apenas a última década (2011-2019), foram concluídos com êxito 167 mestrados e 103 doutorados. Dentre os formados mestres, 62 ingressaram no doutorado logo em seguida, porém mediante nova seleção competitiva. Outros sete preferiram cursá-lo no exterior, tendo sido bem sucedidos na conquista de vagas de doutorado em Yale, Virginia, Michigan, Texas A&M, Washington St. Louis, dentre outras, sempre com o apoio do PPGCP. Enquanto isso, a nova ciência política tem se tornado cada vez mais jovem: a média de idade dos concluintes do doutorado caiu de 42,4 anos do início da década para cerca de 32 nos últimos dois anos, o que é bastante positivo.

Em se tratando dos egressos do doutorado, a questão mais importante diz respeito ao seu destino profissional. Nesse aspecto, tem sido grande o êxito do PPGCP. Nada menos do que 51,5% dos 103 doutores formados entre 2011-2020 são hoje professores universitários e, dentre eles, vinte e cinco se encontram em universidades públicas, nas quais ingressaram por concurso. Vale citá-las nominalmente: UERJ, UFABC, UFBA, UFES, UFGD, UFPA, UFRGS, UFSC, UFU, UNICAMP, UNIFESP, UNILAB, UNIOESTE, UFU e USP. Em algumas dessas instituições, nossos egressos estão atuando em programas de pós-graduação que contam com as melhores avaliações, e alguns destes jovens doutores já se tornaram bolsistas Produtividade em Pesquisa do CNPq, uma das colocações mais almejadas pelos pesquisadores brasileiros. Outros foram contratados pela FGV (em São Paulo e no Rio de Janeiro), outros pela PUC-SP e UNISINOS. Cerca de 26% dos doutores estão em outras faculdades privadas e há dois doutores e um mestre egressos que se tornaram professores no exterior (Argentina, Chile e Estados Unidos).

A  
P  
R  
E  
S  
E  
N  
T  
A  
Ç  
Ã  
O

9

Metade dos doutores (egressos do período 2011-2019) que se tornaram professores universitários passaram antes pela condição de Pós-Doc. O pós-doutorado tem sido uma forma efetiva de salvaguardar o investimento feito no doutorado, de dar prosseguimento à pesquisa de tese, de alavancar a produção intelectual e, em muitos casos, de experimentar a atividade docente. Evidentemente, o objetivo da maioria dos pós-doutorandos é ingressar no sistema universitário e os egressos do PPGCP têm tido esse êxito, como vimos. Hoje, 16 dos doutores formados pelo Programa entre 2011 e 2019 estão realizando pós-doutorado, dois deles no exterior (Yale University e University of Zurich). Há outros dois que decidiram realizar novo doutorado na University of Michigan e na University of Cornell.

Outra prova de êxito desse grupo de jovens doutores que se encaminha para a vida acadêmica é a quantidade de prêmios, nacionais e internacionais, recebidos durante essa década. Destaquem-se os prêmios CAPES de melhor tese obtidos em 2020, 2018, 2017, 2013 (e menção honrosa em 2014), além do prêmio ABCP de 2019, os três prêmios Tese Destaque USP no período e prêmios internacionais como ALACIP e Fulbright Commission em 2015, e *ENMISA Martin O. Heisler Award* (International Studies Association – ISA) em 2020.

Cerca de 1/3 dos doutores egressos do PPGCP entre 2011 e 2019 se distribuem por uma série de outras atividades profissionais. Alguns deles já estavam inseridos em tais atividades quando ingressaram no doutorado, outros o fizeram posteriormente. São dois tipos de trajetórias, portanto, nas quais os doutorados cumprem papéis distintos. Temos egressos atuando no mercado privado, em consultorias, assessorias e empresas, uma delas no exterior. Outros são funcionários públicos concursados, alguns em posições especiais de alto escalão. Em menor número há doutores trabalhando em ONGs, no Brasil e no exterior, bem como jornalistas e outros profissionais que buscaram qualificar sua formação em ciência política.

Uma medida central do êxito da empreitada de concluir um doutorado diz respeito ao intervalo de tempo entre a titulação e a primeira inserção profissional. Considerando 89 dos 103 egressos sobre os quais temos informação, quatorze já estavam empregados quando concluíram seu doutorado, de modo que o título de doutor não constituiu instrumento para a entrada no mundo profissional, embora possa ter vindo

A

N

O

V

A

C

I

Ê

N

C

I

A

D

A

P

O

L

Í

T

I

C

A

10

em seu reforço. Dentre os demais 75 recém-doutores, nada menos do que 33,3% alcançaram inserção no mercado no mesmo ano em que se titularam e outros 34,7% o fizeram no ano seguinte, totalizando 68% dos casos. Entre os 53 professores universitários, desconsiderando 10 que estavam na função quando se doutoraram, nada menos do que 14 (26,%) conseguiram o posto no mesmo ano em que se titularam, outros 13 (24,5%) levaram um ano para alcançá-los, e os demais levaram dois anos ou mais.

Em resumo, todos os 103 doutores formados pelo PPGCP entre 2011 e 2019 estão inseridos no mundo do trabalho, a quase totalidade deles em ocupações nas quais o doutorado em ciência política é peça chave do sucesso profissional. Pode-se afirmar que a maioria se encontra em cargos e funções típicas dos estratos superiores do mercado de trabalho. Não por acaso, metade deles (49 em 100 com informação disponível) teve experiência internacional efetiva, seja como período/bolsa sanduíche, seja como estágios de pesquisa ou estadias de longa duração no exterior.

A presente coletânea oferece ao leitor uma amostra significativa da nova ciência política brasileira. Nova não apenas pelos avanços do conjunto da área, destacados acima, mas também porque reúne um conjunto de trabalhos de jovens cientistas políticos formados pelo PPGCP. Todos eles foram premiados ao longo de sucessivas edições do *Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP (SD)*, que completou dez anos de existência em 2020.

O SD se destina à apresentação pública de trabalhos dos alunos, propiciando o exercício da exposição e do debate, bem como a circulação de conhecimento entre docentes e discentes, entre linhas de pesquisa do PPGCP e com a participação de comentaristas externos. Em 10 anos, foram mais de 500 trabalhos apresentados, incluindo os 65 de 2020, ano marcado por severas limitações impostas pela pandemia. Muitos deles foram publicados em periódicos que figuram nos estratos superiores do *Qualis*, fazendo da produção discente do PPGCP uma das mais elevadas do país. Teses e dissertações associadas a esses trabalhos receberam grandes prêmios nacionais, mas somos particularmente orgulhosos das premiações do SD, uma das iniciativas que melhor expressa as mudanças e conquistas do programa e a nova cara da ciência política no Brasil.

O SD expressa o desenvolvimento de um novo “ethos de pesquisa”, uma maneira mais coletiva e aberta de produzir trabalhos acadêmicos, baseada no escrutínio público, no compartilhamento de critérios e na crítica e aprovação pelos pares, em contraste com o histórico modelo catedrático e em consonância com os centros de produção de conhecimento.

Uma pequena, porém, valiosa amostra dessa nova ciência política praticada por jovens pesquisadoras e pesquisadores chega agora ao público mais amplo, na forma dessa coletânea. Nela os leitores encontrarão não apenas análises de qualidade sobre temas substantivos, mas perceberão o firme compromisso dessa nova geração com o desenvolvimento da própria ciência política.

Não poderíamos terminar essa apresentação sem agradecer, em nosso nome e de todos os autores e autoras dessa obra, ao apoio do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da USP, bem como às agências de fomento à pesquisa no Brasil, em especial CAPES, CNPq e FAPESP. Todos aqui recebemos em algum momento o apoio dessas agências e não é exagero dizer que essa nova geração de cientistas sociais deve sua trajetória de sucesso à existência de um sistema de financiamento e apoio à pesquisa e à pós-graduação no Brasil. Cabe-nos defendê-lo sempre, em nome dessa e das gerações futuras.

*Os Organizadores*

São Paulo, 18 de novembro de 2020

A  
N  
O  
V  
A  
  
C  
I  
Ê  
N  
C  
I  
A  
  
D  
A  
  
P  
O  
L  
Í  
T  
I  
C  
A

# SUMÁRIO

## PARTE I: ESTADO, DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS

- Da hegemonia sanitarista ao predomínio liberal: investigando os fatores que impediram uma inflexão liberal na ANS (2004-2014)..... 17  
*Marcello Fragano Baird*
- “Ganhei na loteria! Mas e o prêmio?”: a mobilização sócio-legal do direito internacional dos direitos humanos no caso da guerrilha do Araguaia ..... 55  
*Bruno Boti Bernardi*
- O Nível de governo importa para a qualidade da política pública? Algumas lições da municipalização da educação fundamental no Brasil ..... 81  
*Ricardo Ceneviva*
- Não tomarás seu nome em vão. O Programa Bolsa Família em discursos do PT e do PSDB ..... 125  
*Davi Cordeiro Moreira*

## PARTE II: INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS

- A Dinâmica Política do Império: Instabilidade, Gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889) ..... 155  
*Sérgio Eduardo Ferraz*
- Presidencialismo da coalizão: Presidente, coalizão e maioria ..... 197  
*Andréa Freitas*
- A Produção Legislativa nos Municípios brasileiros: um estudo de 27 Câmaras Municipais (2001 a 2011) ..... 233  
*Patrick Cunha Silva*
- Comportamento legislativo antes da democracia: evidências do Brasil na Primeira República (1900-1930) ..... 269  
*Jaqueline Porto Zulini*

## PARTE III: ELEIÇÕES E ATUAÇÃO PARTIDÁRIA

- Focalização ou diálogo? Uma análise quantitativa dos discursos dos senadores brasileiros ..... 303  
*Maurício Yoshida Izumi*

Coalizões e Comportamento Legislativo no Brasil (1988-2010).....	327
<i>Andréa Freitas, Maurício Izumi, Danilo Medeiros</i>	
Volatilidade Eleitoral e Sistema Partidário: em busca de uma abordagem alternativa .....	361
<i>Sergio Simoni Junior</i>	
Mulheres tomando partido e partidos fazendo candidatas: a trajetória de vereadoras da cidade de São Paulo em 2016.....	395
<i>Marina Merlo</i>	

## PARTE IV: HISTÓRIA DO PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL

Que horas são? Roberto Schwarz e a crítica do contemporâneo .....	431
<i>Leonardo Octavio Belinelli de Brito</i>	
Guizot, Tocqueville e os princípios de 1789 .....	459
<i>Felipe Freller</i>	
<i>Catecismo do cidadão</i> – constitucionalismo e soberania popular em Guillaume de Saige .....	493
<i>Roberta K. Soromenho Nicolete</i>	

## PARTE V: TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Família, liberdades básicas e direito de saída: questão de justiça, tolerância e direitos humanos.....	527
<i>San Romanelli Assumpção</i>	
Os estudos subalternos na Índia e o capitalismo visto da periferia: uma hegemonia fora do lugar?.....	549
<i>Camila Góes</i>	
Temos o dever de tolerar? .....	573
<i>Lucas Petroni</i>	